

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR- FAMA
FACULDADE AMADEUS
CURSO DE PEDAGOGIA**

SHAYMON DOS SANTOS RIZZO

A DESMITIFICAÇÃO DA REALIDADE DO NEGRO NO BRASIL: Dança,
corpo e alma ligados ao axé da ancestralidade

**ARACAJU – SE
2013**

SHAYMON DOS SANTOS RIZZO

A DESMITIFICAÇÃO DA REALIDADE DO NEGRO NO BRASIL: Dança,
corpo e alma ligados ao axé da ancestralidade

Artigo científico apresentado à
Faculdade Amadeus como trabalho de
conclusão de curso e requisito básico
para obtenção do Grau de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lidiane Brito
Freitas

**ARACAJU - SE
2013**

A DESMITIFICAÇÃO DA REALIDADE DO NEGRO NO BRASIL: Dança, corpo e alma ligados ao axé da ancestralidade

* Shaymon dos Santos Rizzo¹

RESUMO

N'um contexto generalizado trago o devido respeito e orientação que devemos ter com os negros, em uma infeliz caçada foram arrancados de suas "tribos" e trazidos à força como mercadorias, mas depois de muitos anos conquistaram a tal almejada liberdade, muito embora sem oportunidades, porém com instrumentos legais deu-se as Leis que deram suporte à entrada do negro desde as escolas até os seus primeiros empregos, envolventes com suas danças religiosas/culturais, deixaram a vossa marca registrada que tem um cunho pedagógico de máxima importância e benevolência para aculturar o intelecto inicial de crianças desde as suas primeiras experiências escolares.

Palavras-chave: Negros. Liberdade. Leis. Dança. Cultura.

ABSTRACT

General context num bring respect and guidance that we have with blacks in an unfortunate hunting were uprooted from their "tribes" and forcibly brought as commodities, but after many years captured the desired such freedom, even though no opportunities, but with legal instruments gave up the laws that supported the entry from the black schools until their first jobs, engaging with their dances religious / cultural left your trademark that has a pedagogical matters of the utmost importance and benevolence acculturate to the intellect of children starting from their first school experiences.

Keyword: Negros. Freedom. Laws. Dance. Culture.

* Acadêmico do 8º período do Curso de Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão é clara da história do Brasil, nesses 500 anos, não é possível assumir uma postura ética e civil se não conhecermos de forma mais aprofundada a presença negra na sua constituição. O modo de viver, pensar e trabalhar do povo brasileiro está impregnado em sua totalidade de matriz africana. Desde a língua, passando pela religiosidade e gestualidade, é difícil não identificar o trabalho árduo do negro em nossa sociedade e a alma negra na cultura brasileira. A Educação é amplamente discutida em todos os seus aspectos, e os estudos da história e cultura afro-brasileira vem unir-se a esta discussão, pois assistimos a uma crescente demanda de crianças em sua grande maioria que necessita da formação educacional contra o preconceito principalmente racial que vem a unir-se aos adjacentes. Essas crianças futuros homens participantes de uma sociedade necessitam de atendimento escolar fazendo-se necessário o conhecimento científico e teórico a respeito do tema proposto. “Preconceito, palavra que designa-se como opinião formada sem reflexão ou simplesmente um conceito antecipado”. (ROCHA, Ruth, 2001, p. 490).

A Lei Áurea apenas serviu (além da libertação) para também lançar a própria sorte os negros que receberam sua alforria. Não podemos deixar de lembrar que desde os primórdios o negro nunca teve opção de escolha. O direcionamento sempre esteve voltado para a sua desvalorização enquanto povo em detrimento do prestígio dado aos grandes senhores colonizadores. O tráfico de escravos foi uma das mais vergonhosas manchas que a Pátria expõe na sua formação, cravando sulcos sociais profundos. Os nossos irmãos africanos, como já sabemos, chegaram em navios tumbeiros ou negreiros, proveniente da Costa africana (Guiné, Costa do Marfim, Angola, Moçambique, Arquipélago de Cabo Verde e Congo) e aqui foram submetidos aos mais duros castigos: humilhações, perda da identidade, aculturações, desprezo para com valores religiosos – intolerância religiosa, fator primordial para o povo negro que até os dias atuais ainda é persistente o seu discriminar, apontar e acusar tais valores, é persistente a conclusão do que sabemos que a Intolerância Religiosa que tem assolado a paz em muitos países do mundo e que no Brasil se julgava enterrada desde o século XIX, estaria ressurgindo com o franco crescimento dos evangélicos neopentecostais que declaram guerra aos

santos. Como garantir a todas as crenças o respeito às suas convicções e ao apenas o direito de serem “toleradas”? Apenas as leis não são satisfatórias, porque as religiões, ao serem praticadas fora dos templos, encontram-se nos espaços públicos, novas realidades que pedem novas respostas.

Assim cabendo também à sociedade não somente ao poder público, estimular entre os seus a valorização ao pluralismo e a convivência pacífica, assim teremos um país de eterna comunhão, onde todos acreditam no que creem e vivem sua crença, sem usar de humilhações e ultrajes deprimentes e tão cruéis que jamais serão esquecidos. A contribuição do negro na formação da nação brasileira foi relevante. Dele herdaram-se palavras que enriqueceram a língua portuguesa; o colorido das danças, os temperos picantes, a culinária variada, a sensualidade da mulher brasileira que se traduz na caligrafia gestual, no dengo do seu falar próprio, na música, nos folguedos, na literatura, na capacidade de superação dos seus próprios problemas, no diálogo com sobrenatural, apresentado de forma aculturada e sincrética.

Percebe-se, que o negro sempre labutou e continua fervorosamente lutando por sua justiça natural e igualitária. E dentre várias lutas ele conseguiu levantar sua bandeira a partir da lei 10.639/03 onde entrevê que o negro não deve ser visto somente como peça de trabalho, assim mostrar para o mundo que negro tem uma cultura, uma História a ser repetida, respeitada e estudada, que acima de tudo foram, não os coadjuvantes como mostra a mídia e ibope, mas, os protagonistas para a construção deste nosso País. A nova Lei sobre a qual estamos discutindo “melhora” a anterior (Lei 9.394/96) “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino e obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências” e os Art. 26-A; §1º e 2º, Art. 79-B; que designam em cada um de seus itens o decreto sancionado e aprovado as aulas de História e Cultura Afro-Brasileira em redes particulares e/ou públicas, além do ensino da formação negra diante da sociedade, resgate das contribuições social, econômica e política do povo negro todas mediante a História do Brasil, e ainda mais decreta a tal lei, todos esses conteúdos devem ser ministrados em todo o currículo escolar em foco nas áreas de Educação Artística e de Literatura e é claro História – quando o seu foco for o Brasil e adjacências -, sem deixar esquecer que o decreto ainda afirma e proclama o dia

20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra” como parte do calendário escolar. (MARCON, e HIPPOLYTE, 2007, p. 103).

Nosso olhar interdisciplinar nos fazeres, saberes e sabores das regiões brasileiras, no que tange a educação para a diversidade e o que determina a Lei 10.639/2003, sobre a inserção de conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da escola básica brasileira, busca garantir, compreender, implementar e incentivar o respeito à diversidade e a pluralidade que permeiam o espaço da sala de aula n Brasil. Proponho um olhar interdisciplinar e pluricurricular sobre essas questões nos saberes e fazeres cotidianos.

Assim, tais orientações metodológicas poderão subsidiar e orientar professores, alunos de educação básica (infantil, fundamental e média) e alunos dos cursos de formação de professores na construção de um currículo escolar e de suas práticas cotidianas, calçadas nas políticas de reparação e de reconhecimento de nossa origem afro-brasileira de nossa formação racial e étnica, que devem nortear todos os passos do processo educativo de nossas escolas. É preciso trabalhar as diferenças e as contradições existentes nos fazeres e nos quereres pedagógicos, expor diferenças, reelaborando nossos conhecimentos e nossos fazeres, para efetivação de uma prática político - pedagógica comprometida e norteadas pelas africanidades em sala de aula. Deve-se pensar sobre a intervenção e a transformação social associada à construção de uma cultura de paz e tolerância com a diversidade nos espaços de aprendizagem, sobretudo na escola.

Busco que cada educador e educadora, seja sensibilizado(a) por tais orientações, para excluir do espaço escolar as posturas racistas, discriminatórias, seletivas e sentenciadoras, que reforçam o fracasso escolar. É importante redefinir posturas e rever metodologias, na busca constante conjunta da construção de um projeto de educação de reconhecimento de nossa formação e de programas de ações afirmativas alicerçados nas diversidades de cada educando, como tão bem pontuam as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE), no que tange à Educação Básica Brasileira, a Lei 10.639/2003, as orientações da construção de um país sem homofobia, o plano nacional de promoção de igualdade racial, as políticas públicas

da Fundação Cultural de Palmares, do Ministério da Cultura, e as orientações do MEC.

Ao dizer africanidades brasileiras, estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que tem origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia. (SILVA, 2005, p. 155).

Os objetivos do artigo são: reconhecer a importância da inserção da História e Cultura Afro-Brasileira, nas salas de aula a partir das danças trazidas junto com os negros diante da sua crença nos Orixás; identificar se existem estratégias que promovam a interação junto às crianças assistidas nas classes com a história e cultura afro-brasileira, partindo do conhecimento específico de cada movimento ali apresentado; e, por fim, verificar a forma de como o pedagogo utiliza o lúdico para motivar as crianças a exterminarem o preconceito germinado a partir de vivências com adultos que remetem o preconceito como fator primordial para a vivência em sociedade.

Visualizando o conceito de *MÉTODO* – Vem do grego *METÁ*, que significa *através de*, e *HODÓS*, que significa *caminho*, portanto entende-se etimologicamente que *MÉTODO* determina-se como o caminho que se deve usar para chegar à algum fator comum (consistindo assim em procedimentos racionais e sistemáticos para alcançar determinado objetivo), sendo assim ele o orientador geral da atividade. Considerando os objetivos da pesquisa, esse estudo será caracterizado contemplando a análise exploratória e descritiva dos dados coletados, recaindo sobre a forma de abordagem qualitativa, onde os mesmos serão analisados através do método hipotético – dedutivo e de análise de conteúdo, por meio dos quais será possível criticar e interpretar as fontes pesquisadas, utilizando referências bibliográficas sobre o tópico em questão, uma vez que o mesmo está revestido de subjetividade.

Com relação ao procedimento para a coleta de dados, o delineamento escolhido foi o levantamento bibliográfico e dedutivo, ou seja, um processo de raciocínio lógico, que a partir de princípios de proposições encontrados em livros, chegarei a conclusões direcionadas ao objetivo contido na questão norteadora, sendo ainda

utilizada como ferramenta complementar a técnica de fichamento. Ressalta-se que o estudo versou ainda na pesquisa documental recaindo dessa forma nas fontes secundárias. A análise crítica foi feita após a coleta dos dados, objetivando ordenar e organizar as informações, verificando o conteúdo do material.

Tomando-se por base os resultados alcançados, foram realizadas as deduções lógicas pertinentes ao tema, levando em consideração o referencial teórico aqui abordado.

Diante das importantes considerações, o artigo trabalha com o seguinte questionamento: de que forma a cultura afro-brasileira é inserida no currículo das escolas, auxiliando na desmistificação da imagem do negro?

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL.

A história do Brasil é contada por muitos e diversas formas, no entanto a história do negro em nosso país, sempre foi de sofrimento e luta, por se achar instalado no Brasil um sistema infame de escravidão aos povos trazidos da África, para manter uma burguesia de brancos da Europa. A situação que os negros encontraram no Brasil foi de repressão, opressão e trabalho escravo, ambiente próprio para desenvolver no povo um ar de inferioridade, na cultura, na dança, na religião, no seu contexto de vida, daí a resposta de hoje se ver a luta por resgatar os valores negros, visto que a cultura negra tem muito a nos oferecer, aos negros e ao mundo civilizado, isto é aqueles que sabem respeitar as diferenças em todos os âmbitos ainda que não comunguem de tal idéia.

Desta forma, a luta por direitos iguais é de todos se é direito é para todos, no entanto alguns são mais carentes que outros. Para isso é de fundamental importância que se façam certas campanhas de conscientização e até mesmo leis para que todos sejam respeitados. E que haja eficácia no desenvolvimento do conhecimento das culturas discriminadas e por vezes inferiorizadas.

A população é consciente de que o nosso processo de escravidão foi muito prejudicial aos negros. Deve-se, por tanto, buscar valorizar todo o sistema de tentativas de devolução de direitos que muito tempo foi escamoteado e ainda hoje se tenta maquiagem, porém deve-se saber que nós não devemos em nenhum momento agir com

discriminação em relação a outros grupos étnicos ou de qualquer natureza. Pois o nosso direito não interfere nem anula o do outro, por tanto se faz necessário conhecer bem o processo histórico, bem como os direitos individuais e a constituição da federação brasileira. É preciso que não se limite buscar informações da luta pela conquista dos direitos iguais, uma vez que pouco se fala hoje que os negros além de sofrer com o trabalho escravo lutavam para sair deste, e elaboravam táticas, como a capoeira, o sincretismo religioso de outras maneiras que faziam com que a sua cultura não se perdesse.

Suas colônias ainda vivas exigiam por uma irmandade, onde pudessem “exercer uma atividade, mais social que mística”, onde para os brancos haveria uma vantagem extremamente benéfica, pois poderiam “catequizar” seus “ex” escravos sem sentir o odor da negrada exclamando dentro da igreja, mas foi através dos protestos que os negros conseguiram unir forças para projetar-se na história. “Foi no início de nosso século, mais precisamente na segunda metade dos anos 10, que os movimentos de protesto dos negros no Brasil adquiriram um caráter eminente urbano” (GONÇALVES, 2000). Mesmo com a reivindicação que tentavam equiparar negros a brancos e/ou status físico, mental e espiritual a escolarização foi para poucos, só os líderes dos movimentos que era a minoria tiveram tal privilégio.

Nada mais justo e honroso que, além da constituição baseada na lei 10.639/2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a inclusão no currículo escolar da obrigatoriedade da temática “História e Cultura- Afro-Brasileira”. A partir dessa legislação, o negro pode conquistar um espaço na sociedade sem tanta discriminação, é só abrir os olhos e enxergar o quanto estão crescendo os movimentos sociais negros, a incorporação em suas normativas políticas, as comunidades religiosas, de matriz africana como parte relevante das lutas/manifestações históricas de emancipação tanto do negro quanto das questões afro-religiosas e suas vertentes no Brasil, um mito difuso, que define uma ancestralidade difusa.

Tão igual quanto às outras, a identidade negro-africana tem seu valor, a ancestralidade, como relação entre negritude e africanidade, se converte em uma tensão erradicável gerada da união de duas estratégias: a de valorização da religião afro-brasileira como patrimônio histórico e cultural regional, nacional e internacional e a luta

(constante) contra a intolerância religiosa, tida como uma modalidade da discriminação étnico-racial.

Enquanto os programas de liberalização econômica avançaram e a instabilidade financeira e as crises debilitaram o crescimento sustentado, ampliando as desigualdades entre os países, identidades raciais, étnicas, religiosas e culturais adquiriram maior relevância no campo político. Concomitante, a intensificação do fluxo de imigrantes africanos para países europeus foi seguida do crescimento do racismo, da xenofobia e do nacionalismo entre os cidadãos dos determinados países. Em resposta, foi-se articulando um discurso da inclusão social, a partir de fontes diversas nem sempre mutuamente compatíveis. As ações afirmativas, então, apresentam-se como uma das iniciativas viáveis nestas condições contextuais.

Os anos setenta foram caracterizados por uma racialização do discurso que não reificava o candomblé como a religião inserida numa política anti-racista (SANTOS, 2005, p.165). Essa relação de ceticismo dos movimentos sociais negros era resultado da postura de secularização presente em setores ligados aos movimentos e partidos de esquerda que viam na religião, em geral, aparelhos ideológicos produtores de alienação política.

Ademais, o candomblé era acusado de estar atrelado ao catolicismo e ao sincretismo, sendo composto por uma quantidade significativa de brancos. Ao contrário da manutenção da comemoração do dia 13 de maio, com as reverências à Mãe Preta e à Princesa Isabel, os movimentos sociais negros apresentavam a figura lendária de Zumbi, com a comemoração do dia 20 de novembro, data de sua morte, portanto, data de luto e luta.

Um embate simbólico, mas de profundo conteúdo político. De um lado, a imagem da Mãe Preta, vista como dócil, materna, que havia amamentado filhos de senhores de escravos. Do outro, a simbologia de um guerreiro, da resistência e do desafio ao sistema escravocrata. Em suma, na ótica dos militantes negros, a substituição do objeto pelo sujeito. Venceu Zumbi. O governo de João Figueiredo, em 1980, criou o Parque Nacional Zumbi no estado de Alagoas, e várias administrações municipais e estaduais, eleitas em 1982, também passaram a ressaltar a figura de Zumbi, através de projetos cujos objetivos perpassavam o revisitar a história e a cultura afro-brasileira não mais no então denominado Dia de Zumbi, mas no Dia Nacional de Consciência Negra (SANTOS, 2005, p.168).

Nos anos 1980, o modelo nacional-desenvolvimentista entra em colapso, acabando por encurralar os militares e deixando emergir um lento e controlado processo de abertura democrática, sempre incompleta. Segundo Negri e Cocco (2005, p. 119), a hiperinflação deste período é o sintoma de uma abertura democrática bloqueada pelo próprio modelo de construção de um Estado autoritário, ou seja, baseado, de um lado, na evolução tecnológica e corporativa da oligarquia colonial e, de outro, nas infinitas modulações do racismo e da exclusão. Segundo aqueles autores, a construção do Estado-nação no Brasil, como em toda a América Latina, baseou-se desde o início na gestão da vida dos estratos sociais excluídos e das classes subalternas através da “modulação dos fluxos de sangue, das culturas e das migrações internas e externas”.

Em meados da década de 80, os diversos movimentos sociais, dentre os quais estavam todas as vertentes dos movimentos sociais negros, reivindicavam a anistia política ampla e irrestrita para os cassados e exilados políticos, liberdade sindical e partidária, eleições diretas para todos os cargos políticos, liberdade de imprensa e manifestação, convocação de uma Assembléia Constituinte. Com a efetivação da liberdade de organização partidária e com a criação de novos partidos como, por exemplo, o Partido dos CAOS - Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista, alguns grupos negros se organizaram no interior dos mesmos. Com esses avanços nos processos de participação política, através do fim de alguns dos entraves autoritários à participação e com o crescimento da mobilização e organização dos grupos negros, novas conquistas e avanços da questão racial se sucederam no nível do aparelho de Estado:

Tanto no Estado de São Paulo (...), onde foi eleito o governador Franco Montoro, como no Rio de Janeiro, que elegeu Leonel Brizola, fatos políticos relevantes se deram. Em São Paulo, em agosto de 1984, por reivindicação do grupo de negros do MDB, partido vitorioso em 1982, foi criado pelo Governo Estadual o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (SILVA, 2000, p.66).

O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra era um colegiado constituído por militantes negros advindos da sociedade civil e representantes de diversos órgãos que cuidavam das políticas públicas do Estado de São Paulo: educação, segurança, trabalho e comunicação.

A falta de vontade política, a desconfiança e a inexperiência da burocracia para tratar com as questões relativas ao racismo em suas diversas dimensões (preconceito, discriminação e desigualdade raciais) geraram dificuldades de caráter político e operacional. A Lei 7.716/89, Lei Caó, constituiu-se em importante instrumento na luta por judicialização do racismo, apresentando-se como inequívoco avanço quando comparada à sua antecessora a Lei Afonso Arinos. A criminalização do racismo e a utilização da Lei Caó tornaram-se formas políticas importantes de visibilização e publicização do racismo e das lutas por sua erradicação. Esta estratégia viria a ser utilizada, também, contra a intolerância religiosa às religiões afro-brasileiras. Contudo, por pouco mais de uma década, o recurso judicial tornou-se e ainda é para grande parte da opinião pública, o principal, senão o único instrumento ou ação de combate ao racismo, desconhecendo a abrangência da agenda política dos movimentos sociais negros e o conjunto complexo de iniciativas levadas a efeito por vários segmentos destes movimentos, inclusive no campo das políticas públicas, acesso a direitos e à democratização da política.

No entanto, o período pós 80 também é caracterizado, entre os países subdesenvolvidos e países em vias de desenvolvimento ou emergentes, por um contra-fluxo: uma retomada virulenta da lógica econômica através da hegemonia do discurso neoliberal em vários lugares do mundo. Segundo Negri e Cocco (2005, p.121), o neoliberalismo insere-se como signo dos limites estruturais do desenvolvimentismo e como tomada de consciência da necessidade de ruptura, propondo uma solução técnica para o que Fernando

Henrique Cardoso teria constatado quando afirmou em janeiro de 1995: “A era Vargas acabou” (apud NEGRI & COCCO, 2005, p.121): o “desenvolvimentismo” e seu projeto de construção nacional foram afastados terminantemente. A adoção de técnicas macroeconômicas de estabilização monetária e de redução da inflação torna-se o centro do debate público, representando a aceitação pragmática e tecnocrática da impossibilidade democrática: despolitizados os espaços públicos, a hiperinflação foi substituída pela dinâmica da taxa de juros, pela supervalorização das divisas nacionais e por uma aliança com os setores do capital mais avançados no processo de reestruturação (o capital financeiro e o das multinacionais de serviço).

Em consequência, os anos 1990, são marcados por um crescente cruzamento entre as agendas da democratização e da redefinição neoliberal do Estado e de sua relação com a sociedade civil e o mercado. Uma nova tensão se estabelece na relação entre cultura e desenvolvimento. O discurso do desenvolvimento afirma, então, a necessidade de desenvolver uma cultura empreendedora, uma cultura da competição, da eficiência, da eficácia, como forma de reorganização dos laços de sociabilidade (tornado “capital social”), tanto quanto de fazer funcionar a economia e a sociedade nos novos tempos. Experimentos “modernizantes” conduziram à retração estatal, à desregulamentação e flexibilização, levando, por seu turno, ao agravamento de praticamente todos os indicadores sociais e à banalização da injustiça social e da violência como experiências cotidianas.

O discurso da “inclusão social” tornou-se, então, um insistente suplemento da retórica neoliberal, como resistência ao neoliberalismo nos interstícios e nas margens do discurso dominante da hegemonia privatista, forçada a negociar sua legitimidade, em face à discrepância entre suas promessas e suas realizações em quase todo o mundo. A crescente importância e influência que as indústrias culturais passam a ter nas sociedades contemporâneas, e as indústrias culturais nesse sentido não apenas pensadas como produção de discursos e de representações sobre a realidade, mas como ramo do negócio que constituem setores organizados da economia e do mercado de trabalho, produzindo uma parcela do fluxo de renda dos países, também será fato decisivo.

Ademais uma indústria do lazer e do turismo passa, crescentemente, a se conectar com a idéia de identificar lugares, equipamentos públicos, eventos, personalidades da cultura dos lugares como forma de atrair o turista, gerar emprego e renda, etc. Propõe-se, então, como uma das maneiras de promover inclusão social o estímulo a grupos culturais locais, a partir de espaços urbanos, por exemplo, ou mesmo de contextos não-urbanos, e a profissionalização desses grupos, integrando-os no mercado.

O componente de africanização é reforçado, pois, por um discurso de afirmação identitária do “povo negro” que traça uma fronteira no interior da qual relações podem se compor diretamente para formar uma nova relação mais “extensa”, ou os poderes podem se compor diretamente para constituir um poder, uma potência mais “intensa”

(DELEUZE, 2002, p. 131). Estabelece-se uma relação de afinidade entre as categorias de “africanidade” e “negritude” que são rearticuladas nas agendas públicas.

A centralidade do candomblé neste processo dá-se em razão do papel desempenhado por esta modalidade do campo religioso afro-brasileiro na estruturação deste campo e da identidade política do “povo negro”, conforme defendida por diversos segmentos dos movimentos sociais negros na agenda das políticas de ações afirmativas, participando, assim, da reconfiguração do campo religioso e de seus vínculos com a esfera pública.

Por seu turno, em sua luta contra-hegemônica, os movimentos sociais negros buscam postular uma unidade de base do “mundo negro” que inclua não só a Diáspora, mas os diferentes povos africanos. Essa vocação foi encarnada nas comunidades religiosas que preservaram “os sistemas simbólicos e rituais que elas herdaram”:

Como o negro no Brasil é evidentemente um mestiço, fruto de diferentes contatos culturais, acaba-se buscando os elementos comuns aos diferentes cultos religiosos de origem africana, “a analogia de seus conteúdos estruturais básicos comuns e a continuidade – com saltos e vazios – de um sistema que inovou elementos essenciais de uma herança mística ancestral”. (...) (CAPONE, 2004, p.315).

Uma ancestralidade comum, mesmo que difusa, é o que estabeleceria uma relação de solidariedade entre o “povo negro” e o “povo de axé”, ainda que sem um vínculo iniciático ou ritual. Ancestralidade comum que os faz alvos de modalidades distintas das mesmas práticas racistas contra, de um lado, características físicas aparentes, e, de outro, elementos culturais. Ou seja, um adepto, ainda que branco, de um culto de matriz africana seria objeto de discriminação por sua “crença”, assim como uma pessoa negra por sua “cor”. Existe, pois, um vínculo originário, ainda que contingente e perdido, entre “cor” e “crença” e revelado pelas próprias práticas discriminatórias.

A evocação de uma “africanidade” vaga dá-se como tentativa de sobrepujar a ambigüidade das identidades étnico-raciais. As comunidades religiosas tradicionais tornam-se fonte “pura” de autenticidade, pontos de nucleação em uma ancestralidade africana difusa. Naqueles pontos singulares, condensam-se e cristalizam-se elementos

antes fluidos e difusos, pontos que são gérmenes “ancestrais” a partir dos quais a “africanidade” pode irradiar-se para além da esfera religiosa: formam-se como “centros organizadores de resistência cultural” na filosofia, na literatura, na música, na dança, nas artes plásticas, na organização social... Noções religiosas como a de “ancestralidade”, de “axé”, dentre outras, perdem seu sentido meramente particular e se convertem nos nomes da totalidade.

Percebe-se, que o negro sempre labutou e continua fervorosamente lutando por sua justiça natural e igualitária. E dentre várias lutas ele conseguiu levantar sua bandeira a partir da lei 10.639/03 onde entrevê que o negro não deve ser visto somente como peça de trabalho, assim mostrar para o mundo que negro tem uma cultura, uma História a ser repetida, respeitada e estudada, que acima de tudo foram, não os coadjuvantes como mostra a mídia e ibope, mas, os protagonistas para a construção deste nosso País. A nova Lei sobre a qual estamos discutindo “melhora” a anterior (Lei 9.394/96) “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino e obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências” e os Art. 26-A; §1º e 2º, Art. 79-B; que designam em cada um de seus itens o decreto sancionado e aprovado as aulas de História e Cultura Afro-Brasileira em redes particulares e/ou públicas, além do ensino da formação negra diante da sociedade, resgate das contribuições social, econômica e política do povo negro todas mediante a História do Brasil, e ainda mais decreta a tal lei, todos esses conteúdos devem ser ministrados em todo o currículo escolar em foco nas áreas de Educação Artística e de Literatura e é claro História – quando o seu foco for o Brasil e adjacências -, sem deixar esquecer que o decreto ainda afirma e proclama o dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra” como parte do calendário escolar. (MARCON, e HIPPOLYTE, 2007, p. 103).

É fato que ainda no século XIX, mais precisamente em 06 de setembro de 1878, foi lançado um decreto que instituía a obrigatoriedade do ensino noturno para negros dos 07 aos 14 anos. Não somente foi criado, como implantado e posto em prática o tal decreto. Segundo registros houve negros que de fato frequentavam as aulas e mais, tais cursos poderiam ser difundidos pública ou particularmente, incluindo associações e entidades literárias e políticas, contudo também assim como os abrigos, não se universalizou. Por tanto, o negro com a imagem que possuía (dada pelas grandes

potências) obteve cada vez mais o sentimento oprimido, a vontade de crescer e expandir-se, suas colocações empresariais foram sendo cada vez mais subalternizadas no interior social, por suas condições nos setores socioeconômicos serem mais precárias. Mesmo livres os negros continuavam apoiados nos “financiamentos” dos seus patrões, era mais ou menos como ver e não poder ter, querer e não ter para comprar. Segundo Florestan Fernandes, os negros poderiam ter esperanças de adequação das relações sociais, assim ele apresenta uma visão otimista para a inserção dos negros na sociedade econômica competitiva.

Já Carlos Hasenbalg designa o negro como um desvalido por simplesmente ter nascido com um tom de pele mais escura que os brancos e/ou pardos – imigrantes que tinham uma inserção muito mais diferenciada que o negro – a raça é elemento primordial à estruturação. Desenvolveu-se então pós-migração e também a não migração (como foi o caso no nordeste), uma pirâmide hierárquica ocupacional, onde brancos e mestiços ganharam o topo, já os negros por sua cor e “titulação” ficou com a sub base. O racismo não se dá determinado pela sociedade escravista, antes faz menção aos grupos raciais que tentam afastar os negros da sociedade econômica, para que se mantenham os lucros apenas numa contínua direção, seus cofres. A partir dos conceitos de Thomas Skidmore (1976), a nação desenvolveu um dito “projeto” que anunciava o “branqueamento” da sociedade fazendo em sua totalidade a exclusão permanente do negro numa empreitada da sociedade econômica, pode-se então perceber que a ordem social competitiva reafirma a determinação orientadora de critérios oriundos na cor da pele.

É notório, que dentro de um ambiente escolar constantemente, ocorrem casos de discriminação, onde na maioria das vezes, os facilitadores tentam disfarçar sob falsas aparências a prática do preconceito, exclamando: “– o que é isso menino? Respeito é bom e eu gosto! Ele é seu coleguinha e é igual a você! Tem dois braços, pernas, olhos, completo como você...” Esta é uma prática que acaba deixando o aluno sem auto estima, pois o professor em seu vasto conhecimento deveria mostrar a diferença entre tais, porém exaustar o acerto preconceituoso, exclamar sua História, sua identidade que foi deixada por seus antecedentes que nos engrandece enquanto seres humanos que somos.

Em nossa sociedade estamos acostumados a calar sobre o assunto, embalados pelo mito da democracia racial e as ideias de branqueamento da população brasileira como já falamos. Apesar do grande passo dado pelo governo, essa foi sem dúvida uma vitória dos movimentos sociais, que vem lutando para que a sociedade brasileira venha adquirir consciência negra, e abra os olhos para ver a violência de toda e qualquer forma de discriminação. A historiografia tradicional e o próprio currículo escolar trataram indevidamente, ou ignoraram a participação africana em nossa formação desde o começo. Não há, sem dúvida como recuperar nossa africanidade sem conhecer a própria história da África, desnudos de preconceitos etnocêntricos (olhar um povo ou etnia com valores de outro). Neste sentido é necessário o cumprimento da lei, não só incluindo no calendário escolar a temática, mas em todo o currículo escolar visando não somente ler, mas também escutar, ver, participar e perceber o quanto da África trazemos dentro de nós.

Deste modo faremos um País onde a raça não define batimentos cardíacos, status, moradia, enfim qualidade de vida, o fato é uníssono a diferença deve ser tratada de forma aberta, clara, bastante objetiva e além de tudo dentro da igualdade, sabendo que nossa sociedade negra conquistou e vem avançando cada vez mais em vitórias, adquirindo assim um corpo social capaz de transformar e estruturar diversos fatos históricos que nos impulsionam rumo à equidade social.

3 PARADOXO

“Enveredando as leis, diante do contra ponto”.

Aqui, enveredo as leis por um paradoxo informal/formal, para que diante das informações pautadas possa num apanhado “grosseiro” despertar um interesse do leitor à busca do entendimento das leis, que é parte integrante desse trabalho, remetendo a lei da LDB para a partir dela buscar elementos da inserção da educação negra no currículo escolar.

A Lei nº 11.114/2005 alterou a redação do referido art. 32 da LDB, tornando o Ensino Fundamental “obrigatório e gratuito na escola pública, a partir dos seis anos de idade”. Nova redação dada ao mesmo artigo pela Lei nº 11.274/2006 caracteriza “o

Ensino Fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade”. Por sua vez, alterações promovidas no art. 87 da LDB, inicialmente pela Lei nº 11.114/2005 e, posteriormente, pelas Leis nº 11.274/2006 e nº 11.330/2006, definem simplesmente que “o Distrito Federal, cada Estado e Município e, supletivamente, a União, devem matricular todos os educandos, a partir dos seis anos de idade, no Ensino Fundamental”, isto é, no Ensino Fundamental de 9 anos. Em relação às normas constitucionais para a Educação Infantil, de acordo com a Emenda Constitucional nº 14/96, que alterou o § 2º do art. 211 da Constituição Federal, “os 1 Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil”.

De acordo com a Emenda constitucional nº 53/2006, que alterou o inciso IV do art. 208, é dever do estado brasileiro garantir a “Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade”. Finalmente, a Emenda Constitucional nº 59//2009, ao alterar o inciso I do art. 208 da Constituição Federal, define que é dever do estado brasileiro garantir a “Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Essa nova redação dada ao art. 208, portanto, ampliou significativamente o âmbito do “direito público subjetivo”, em termos de “acesso ao ensino obrigatório e gratuito” definido no § 1º do referido art. 208.

Preliminarmente, é oportuno reafirmar que a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em sua versão original, caracterizava, no seu art. 32, “o Ensino Fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública”. Nas Disposições Transitórias da mesma Lei, no caput do art. 87 e seu inciso I, definia que “cada Município, e supletivamente o Estado e a União, deverá matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no Ensino Fundamental”.

Fazendo uma referência à Lei 11.330/2006 que diz-se da atualização do cunho educacional a sua alteração foi mediante a nova redação do inciso 3 que refere-se a alteração, dispositivos, normas, lei de diretrizes e bases da educação nacional. Da classificação dos direitos constitucionais, fundamentais, liberdade de ensino e de estudo.

Diante desse contexto, podemos observar também concomitante os PCN’s de arte e dança. O documento sobre a arte expõe uma compreensão do significado da arte

na educação, explicitando conteúdos, objetivos e especificidades, tanto no que se refere ao ensino e à aprendizagem, quanto no que se refere à arte como manifestação humana.

A educação em artes propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender artes envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas.

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas. Esta área também favorece ao aluno relacionar-se criadoramente com as outras disciplinas do currículo. Por exemplo, o aluno que conhece arte pode estabelecer relações mais amplas quando estuda um determinado período histórico. Um aluno que exercita continuamente sua imaginação estará mais habilitado a construir um texto, a desenvolver estratégias pessoais para resolver um problema matemático. (BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais, p. 14).

A ação física é a primeira forma de aprendizagem da criança, estando a motricidade ligada à atividade mental. Ela se movimenta não só em função de respostas funcionais (como ocorre com a maioria dos adultos), mas pelo prazer do exercício, para explorar o meio ambiente, adquirir melhor mobilidade e se expressar com liberdade. Possui, nesta etapa de sua vida, um vocabulário gestual fluente e expressivo. A criança se movimenta nas ações do seu cotidiano. Correr, pular, girar e subir nos objetos são algumas das atividades dinâmicas que estão ligadas à sua necessidade de experimentar o corpo não só para seu domínio, mas na construção de sua autonomia.

A atividade da dança na escola pode desenvolver na criança a compreensão de sua capacidade de movimento, mediante um maior entendimento de como seu corpo funciona. Assim, poderá usá-lo expressivamente com maior inteligência, autonomia, responsabilidade e sensibilidade. Tal visão está de acordo com as pesquisas mais recentes feitas pelos neurocientistas que estudam as relações entre o desenvolvimento da inteligência, os sentimentos e o desempenho corporal. Essas novas teorias criam um desafio à visão tradicional que separa corpo e mente, razão e emoção.

A atitude do professor em sala de aula é importante para criar climas de atenção e concentração, sem que se perca a alegria. As aulas tanto podem inibir o aluno quanto fazer com que atue de maneira indisciplinada. Estabelecer regras de uso do espaço e de relacionamento entre os alunos é importante para garantir o bom andamento da aula. A adequação da roupa para permitir mais mobilidade é indispensável. É preciso dar condições para o aluno criar confiança para explorar movimentos, para estimular a inventividade e a coordenação de suas ações com a dos outros. Os temas devem ser escolhidos considerando o desenvolvimento do aluno. (BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais, p. 45).

Os jogos populares de movimento, cirandas, amarelinhas e muitos outros são importantes fontes de pesquisa. Essas manifestações populares devem ser valorizadas pelo professor e estar presentes no repertório dos alunos, pois são parte da riqueza cultural dos povos, constituindo importante material para a aprendizagem. A dança, assim como é proposta pela área de Arte, tem como propósito o desenvolvimento integrado do aluno. A experiência motora permite observar e analisar as ações humanas propiciando o desenvolvimento expressivo que é o fundamento da criação estética. Os aspectos artísticos da dança, como são aqui propostos, são do domínio da arte.

3 ASPECTOS IMPORTANTES DA DANÇA AFRICANA

“Matriarca do exemplo de educação e civilidade de um povo”

O reconhecimento e a distinção das diversas modalidades de movimento e suas combinações como são apresentadas nos vários estilos de dança são a identificação e reconhecimento da dança e suas concepções estéticas nas diversas culturas considerando as criações regionais, nacionais e internacionais. Se contextualizarmos a produção em dança e compreensão desta como manifestação autêntica, sintetizadora e representante de determinada cultura, veremos a identificação dos produtores em dança como agentes sociais em diferentes épocas e culturas, suas pesquisas e frequência às fontes de informação e comunicação estão presentes em sua localidade (livros, revistas, vídeos, filmes e outros tipos de registro em dança). A pesquisa e frequência junto dos grupos de dança, manifestações culturais e espetáculos em geral, se faz total necessário, pois é a

partir de tal que a elaboração de registros pessoais para sistematização das experiências observadas e documentação consultada se faz concomitante.

A tradição é a força cultural dos povos africanos em plena festa de ritmos, transmissão da cultura dos antepassados e o retrato do dia-a-dia nas aldeias africanas e não só a dança como força de expressão dos rituais, era chamada em todas as ocasiões, como ponto de partida para qualquer cerimônia. A dança originou-se na África como parte essencial da vida nas aldeias. Ela acentua a unidade entre seus membros, por isso é quase sempre uma atividade grupal. Em sua maioria, todos os homens, mulheres e crianças participam da dança, batem palmas ou formam círculos em volta dos bailarinos. Em ocasiões importantes, danças de rituais podem ser realizadas por bailarinos profissionais. Todos os acontecimentos da vida africana são comemorados com dança, nascimento, morte, plantio ou colheita; ela é a parte mais importante das festas realizadas para agradecer aos deuses uma colheita farta. As danças africanas variam muito de região para região, mais a maioria delas tem certas características em comum. Os participantes geralmente dançam em filas ou em círculos, raramente dançam a sós ou em par. As danças chegam a apresentar algumas vezes até seis ritmos ao mesmo tempo, e seus dançarinos podem usar máscaras ou enfeitar o corpo com tinta para tornar seus movimentos mais expressivos. As danças em Marrocos usam normalmente uma repetição e um constante crescimento da música e de movimentos, criando um efeito hipnótico no dançarino e no espectador. Entre elas destacam-se a Ahouach, Guedra, Gnawa e Schikatt.

Sabe-se que desde a invasão dos colonizadores, a partir do século XIV e XV em África, tudo sofreu alterações desde os nomes usados até à própria civilização isto devido à permanência dos colonos desde essa data até aos nossos dias, com a entrada de outras culturas.

Agora sublinha-se no que toca à dança que houve uma fusão entre os nossos ritmos tradicionais com a forma de dançar a par importada da sociedade europeia, em que este tipo de dança era praticada nas cortes, nos salões nobres e da burguesia como por exemplo na contradança, valsa, mazurca, polca..., levadas não só pelos senhores como pelos seus criados e até por alguns escravos. Ao ritmo do *Semba*, *Funaná*, *Kuduro*, *Sakiss*, *Puita*, *Marrabenta*, e outros sons da música folclórica, são dançadas em pequenas coreografias, trabalhando assim os movimentos da anca, o rebolar das

nádegas, e a facilidade de juntar a agilidade dos braços, pernas e cabeça, num só movimento culminando num trabalho de ritmo corporal.

A Capoeira é uma luta disfarçada em dança, criada pelos escravos trazidos da África nos navios negreiros para o Brasil.

Dentro das senzalas após a mistura das culturas das diversas tribos africanas que aqui se encontraram, foi-se ao poucos somando o Ngolo que era um jogo de luta praticado nas tribos africanas, o qual o vencedor escolheria uma mulher da tribo a qual seria sua esposa; a ânsia de liberdade dos escravos que sofriam presos nas senzalas, trabalhando o dia todo ou apanhando e resultando na primeira forma de defesa dos escravos contra as maldades que sofriam o qual começaram a ocorrer as primeiras fugas dos negros e a fundação dos Quilombos.

Na época da escravidão toda cultura negra era reprimida, principalmente se tivesse uma conotação de luta, então para poder ser disfarçada a sua prática entre os negros, foi adicionado os instrumentos musicais que deram uma imagem de dança a Capoeira, com músicas que falam de Deuses africanos, Reis das tribos a qual vieram, fatos acontecidos na roda de Capoeira, acontecimentos e sofrimentos do dia-a-dia dos escravos e etc...! Como ninguém tinha interesse sobre a cultura negra, ninguém notava que aquela simples dança, brincadeira e ritual era na verdade a luta marcial dos escravos, que se camuflava para poder permanecer ativa.

A dança Gnawa celebra um ritual da seita de Sufi. Cada ritmo tem muitos significados simbólicos que vão de poderes curativos ao exorcismo. Uma cor específica é usada para cada dança, invocando o espírito da cerimônia, Hadra, o qual é trazido à terra de um outro mundo etéreo. Dançarinos usam roupas brancas e chapéus pretos pesadamente enfeitados com conchas, contas, mágicos talismãs e amuletos. Em pé em linha ou círculo, os músicos mantêm o ritmo com tambores ou batendo palmas enquanto dançarinos executam danças acrobáticas.

A música brasileira não seria nada do que é hoje não fosse a cultura afro-brasileira, que através de milhares de anos, conseguiu influenciar e modificar a música popular, influenciando também nas danças e criando ritmos como o samba, maracatu, afoxé, cada um desses ritmos tem uma especificidade dentro da cultura afro-ancestral, o samba por exemplo nasceu nas casas de baianas que emigraram para o Rio de Janeiro no princípio do século. O primeiro samba gravado foi Pelo telefone, de

autoria de Donga e Mauro de Almeida, em 1917. Inicialmente vinculado ao carnaval, com o passar do tempo, o samba ganhou espaço próprio. A consolidação de seu estilo verifica-se no final dos anos 20. Grande tronco da MPB, o samba gerou derivados, como o samba-canção, o samba-de-breque, o samba-enredo e, inclusive, a bossa nova. E hoje em dia é um dos ritmos mais conhecidos entre os brasileiros. Já no Recife a denominação maracatu servia para denominar um ajuntamento de negros. Os cortejos das nações em homenagem aos Reis do Congo passaram a acontecer no carnaval, e eram chamados de maracatus quando era dada uma conotação pejorativa. Tinha no passado uma característica altamente religiosa, dançavam-se mais em festas religiosas, diante das igrejas, e algumas vezes em festas cívicas.

Tipicamente africano o Afoxé desfila separado de qualquer outra manifestação, pois apenas podem participar quem está no grupo que na sua grande maioria são homens, as roupas são iguais a todos, na maioria das vezes utiliza-se um adereço como Contas dos Orixás (conjunto de miçangas que unidas formam um tipo de colar que é preparado com ervas e outros produtos para poder ser utilizado pelo filho do Orixá como sinal de respeito e proteção. Cada Orixá é representado por uma cor ou conjunto de cores nas contas), mas muitas vezes as contas utilizadas no Afoxé não apresentam nenhum preparo espiritual, Turbante na cabeça, uma Bata (espécie de Camisa de origem africana), calça todos da cor branca que simboliza a paz o Orixá Oxalá.

A influência dos negros no Brasil se estende aos cultos, à religião, à literatura, à língua, à culinária, à dança, entre outras áreas. Nesse sentido, Garcia & Hass, (2003, p. 174) disseram sobre a dança afro-brasileira:

Dança comprometida como a dança gerada a partir da fusão das danças da cultura africana com as da cultura brasileira. Apresenta característica especial nas movimentações dos braços e das mãos, da cabeça, do tronco (ondulação e contração), dos quadris (acentuada movimentação pélvica) e molejo, na expressão facial e vestuário adequado a sua intenção de manifestação.

O Lundu foi uma das primeiras danças brasileiras de pares enlaçados, pois até então se dançava umbigada, que é dança de pares soltos, O entendimento de Cascudo (1984, p. 446) é o de que “Lundum, landu, londu, dança e canto de origem africana,

trazidos pelos escravos bantos, especialmente de Angola, para o Brasil. A chula, o tango brasileiro, o fado, nasceram ou muito devem ao lundu”, A coreografia desenvolve-se, a princípio, como recusa da mulher, mas, diante a insistência de seu companheiro, ela acaba por ceder, daí é quando começa toda a arte da dança que envolve o romantismo, o cênico, o ontem o hoje e o sempre, pois a dança é parte integrante do intrínseco do ser humano.

4. Conclusão

Diante de tanta informação de tanta tecnologia, de tanta hipocrisia, não é possível que ainda haja seres humanos aversivos a educação negra nas escolas, creio que nada mais justo que fazer valer as leis que vêm sendo outorgadas, com um cunho totalmente voltada para a educação negra, e penso ainda que se houvesse desde os primórdios aulas de “História e Cultura Afro-Brasileira”, a idealização que não iríamos estudar sobre os escravos e sim os africanos que foram escravizados por brancos estaria mais clara.

As mais variadas razões são apontadas para esse descalabro educacional: a perda de autoridade dos pais e dos professores; o abandono dos métodos tradicionais de ensino de origem européia, que foram trocados pelos métodos norte-americanos; a quantidade excessiva de informações inúteis ou dispersivas fornecidas pela televisão e internet; a perda, de modo geral, da consciência de limites em todos os setores da atividade humana; a lassidão comportamental característica da nossa sociedade moderna. Claro, todos esses fatores contribuem para a má qualidade do ensino na atualidade. A causa principal, no entanto, parece ser outra: nossa escola não ativa a inteligência, ou será que o suporte ofertado é inadequado?

Nesse jogo de “empurra”, ficam os pais esperando que a escola faça o que acreditam ser seu papel e eduquem o seu filho de forma que ele adentre-a com todos os vícios possíveis aderidos e provenientes de uma educação “caseira” decadente, e esperam que a escola o “devolva” como um exemplo de cidadão patriótico, sem o auxílio dos primeiros fica difícil dar prosseguimento na chamada educação continuada.

Precisamos estabelecer relações entre passado e presente, discutindo mudanças e permanências nas relações sociais, estabelecendo uma ponte entre o conteúdo estudado e sua vida cotidiana por meio de estudos da história local, que podem muito bem ser aclamados através da dança. Se houver a compreensão e valorização de elementos das culturas africanas e de afro-descendência, tenho absoluta certeza que ampliar-se-ia o conceito de cidadania, discutindo questões como respeito à diversidade, religiosidade e sincretismo, preconceito, direitos, inclusão.

Fica claro que a importância de se estudar a história de africanos e de afro-descendentes está relacionada às profundas relações que guardamos com a África. Somos frutos dos encontros e confrontos entre diferentes grupos étnicos como indígenas, europeus, africanos e outros. Entendemos que história do Brasil e história da África estão intimamente relacionadas, cabendo ao professor ampliar a discussão sobre, por exemplo, a escravidão, introduzindo elementos da história dos africanos, de sua cultura e não tratá-los como simples mercadoria que enriquecia europeus e tiveram seu trabalho explorado à exaustão no Brasil antes e após a independência política.

Nessa perspectiva, não podemos tratar a questão africana apenas do ponto de vista da escravidão, como se fosse uma questão isolada e superada pela assinatura da Lei Áurea em 1888. Um ponto de partida para ampliar nossa visão e tentar superar as visões estereotipadas sobre o tema é procurar recuperar os elementos da resistência negra, suas formas de luta e de organização, sua cultura, não apenas no passado, mas também no tempo presente, onde estão mais que presentes toda a cultura africana desde a religião as suas danças, que se torna clara a participação integrante no sumo sanguíneo quando um tambor começa a tocar, seja de um branco, indígena ou das diversas outras raças/etnias criadas para um povo confuso com sua multiplicação.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Jorge Bezerra. **Africanidade e afrobrasilidade**: Implementando a lei 10.639/2003. São Paulo: Ed. Diáspora, 2008.

CAPONE. Políticas de Ancestralidade: Negritude e Africanidade na esfera pública, Ed Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Disponível em: <http://www.turminha.mpf.gov.br> Acessado em: 11 de jun 2013.

D'ACELINO, Severo, Coleção Iya N'la. **Racismo nas Escolas**. Aracaju: Ed. MemoriAfro, 1998.

DELEUZE, Políticas de Ancestralidade. São Paulo: Ed Cortez, 2000.

ELAINE, Marta Teixeira Lopes; FILHO, Luciano Mendes Farias; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

MARCON, Frank, SOGBOSSI, Hippolyte Brice, Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: Olhares sobre a lei 10.639/03, Ed. UFS, 2007, Sergipe.

REIS, Ana Maria Bianchi dos. **Plantando Axé**: Uma proposta pedagógica. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário Enciclopédico Escolar**. São Paulo: Ed. Scipione, 2001.